

FEMA - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
IMESA - INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS
COORDENADORIA DA ÁREA DE CIÊNCIAS GERÊNCIAIS

DESEMPREGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

MARINA GONZALES GIORGI

ASSIS
2009

FEMA - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS
IMESA - INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE ASSIS
COORDENADORIA DA ÁREA DE CIÊNCIAS GERENCIAIS

DESEMPREGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto
Municipal de Ensino Superior de
Assis, como requisito para
obtenção do título de Bacharel
em Administração, sob a
orientação da Professora Ms.
Maria Beatriz Alonso do
Nascimento.**

**ASSIS
2009**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me sustentado até o presente momento, Ele é meu escudo e minha proteção.

A minha Mãe por sempre estar me apoiando com palavras doces e suaves, ser o meu equilíbrio nos dias tempestuosos.

Aos meus irmãos, Anna e Jorge e ao meu querido sobrinho João Guilherme, por sempre estarem ao meu lado.

Agradeço a Fundação Educacional do Município de Assis pela oportunidade de proporcionar uma educação de qualidade no interior paulista.

Especialmente a minha orientadora que apesar das lutas diárias sempre esteve presente, um verdadeira orientadora.

A todos aqueles que de alguma forma colaboraram para a materialização desta pesquisa Ariane, Rogério, Luciana e Fabiane.

DEDICATÓRIA

Dedico minha monografia especialmente ao meu querido pai que enquanto esteve presente na Terra foi alegria e conforto para toda família.

A minha Mãe Terezinha do Carmo Gonzáles que sempre me incentivou nos estudos e no caminho de uma vida honesta e justa.

Dedico a minha irmã Anna Beatriz Giorgi e ao meu irmão Jorge Giorgi.

A todos meus amigos de infância e que encontrei na faculdade.

Dedico a professora Maria Beatriz pela bela orientação.

A todos do escritório de Contabilidade Bermejo`s, pela força e compreensão.

Especialmente ao meu sobrinho João Guilherme, que trouxe vida e luz para nossa casa.

RESUMO

Trata-se de estudo dos efeitos da situação de desemprego sobre o bem-estar dos indivíduos, especificamente uma análise das conseqüências da falta de emprego para a saúde mental e física dos seres humanos. Para alcançarmos nossos objetivos, utilizamos uma análise bibliográfica e uma pesquisa quantitativa exploratório-descritiva. Esta última metodologia foi aplicada em uma amostra de cinquenta indivíduos que procuravam auxílio do Posto de Atendimento ao Trabalhador de Assis, entidade responsável pela colocação profissional de trabalhadores nela cadastrados.

Palavras-chave: desemprego; trabalho; saúde mental.

ABSTRACT

The present work is a descriptive study of the effects of the unemployment situation about the mental health, specifically an analysis of the consequences of the lack of job for the mental and physical health of the human beings. To reach our objectives, we use a complex methodology, that is, we join a bibliographical analysis with a quantitative research exploratory-description. This last methodology was applied in a sample of fifty individuals that looked aid of the Rank of Attendance to the Worker of Assis.

Keywords: unemployment; work; mental health.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - O trabalho como parte do cotidiano do ser humano.....	3
1.1 Trabalho ou emprego?.....	5
1.2 Relações de trabalho.....	8
Capítulo 2 - Impactos Psicossociais.....	15
2.1 A doença do desemprego.....	16
Capítulo 3 - Procedimentos metodológicos e análise da pesquisa de campo.....	24
3.1 Análise dos Resultados.....	25
3.2.1 Divisão por Gênero.....	26
3.2.2 Divisão de faixa etária.....	27
3.2.3 Estado civil dos entrevistados.....	28
3.2.4 Grau de escolaridade de todos entrevistados.....	29
3.2.5 Renda Mensal dos entrevistados.....	29
3.2.6 Quadro das condições de saúde física, mental e emocional dos indivíduos.....	30
3.2.7 Alterações psíquicas causadas pelo desemprego.....	31
3.2.8 Alterações psicofísicas causadas pelo desemprego.....	32
3.2.9 Relação emocional diante de pessoas inseridas no mercado de trabalho.....	33
4 Considerações Finais.....	34
Referências Bibliográficas.....	36
Anexos.....	38

Introdução

No decorrer da graduação a discussão sobre o conceito de trabalho chamou nossa atenção, contudo devido à intensa crise econômica mundial, o debate sobre as conseqüências do desemprego se mostrou fundamental para compreendermos as atuais formas gerenciais e estratégias administrativas. Sendo assim, o tema proposto neste trabalho de conclusão de curso amadureceu vagarosamente e se formou especificamente sob os problemas que a falta de emprego provoca na saúde psicológica dos indivíduos. Diante disso estruturamos nossa monografia em três capítulos com a intenção de responder uma questão central, como o desemprego afeta a saúde mental dos seres humanos. Na tentativa de esclarecer essa questão fizemos a seguinte divisão.

No primeiro capítulo buscamos definir e contextualizar historicamente trabalho, para que nenhuma confusão futura prejudicasse nossa pesquisa. Definir e diferenciá-lo de forma clara, foi nosso objetivo principal, sob essa preocupação procuramos diferenciar o trabalho do emprego. Algo que se mostrou necessário também no primeiro capítulo foi, iniciar a discussão sobre as relações de trabalho.

Feito as devidas observações conceituais no primeiro capítulo, buscamos verificar qual a importância do trabalho para a autoestima do indivíduo e como a sociedade enxerga o indivíduo que está empregado daquele que está desempregado.

Já no terceiro capítulo buscamos compreender quais foram as mudanças sociais e psicológicas que ocorreram na vida dos indivíduos desempregados, para tanto, aplicamos uma pesquisa quantitativa no Posto de Atendimento ao Trabalhador de Assis (PAT-Assis). Entrevistamos mediante questionário cinquenta indivíduos,

sendo vinte cinco do sexo masculino e vinte e cinco do sexo feminino, todos com idade acima de trinta anos.

A partir da análise dos dados, confirmamos e demonstramos todas as hipóteses que surgiram durante o trabalho. Utilizamos para a aplicação da pesquisa, uma metodologia quantitativa exploratória-discritiva, pois acreditamos ser o método mais adequado para o trajeto que decidimos percorrer.

Capítulo 1 – O trabalho como parte do cotidiano do ser humano

Desde o início das civilizações o trabalho é parte das relações humanas, sempre esteve presente nas ações dos homens independente do sistema econômico, ideológico ou cultural.

Segundo Oliveira (1991, p.5), o trabalho “é a atividade desenvolvida pelo homem, sob determinadas formas, para produzir a riqueza. São as condições históricas que lhe dão validade e estabelecem o seu limite”. Se as condições históricas determinam a validade ou não do trabalho, para compreendermos o que o trabalho significa hoje, é necessário investigar o que ele significou no passado. Contudo vamos nos limitar a falar da passagem do feudalismo para o capitalismo e assim pensar os dias atuais.

Ainda segundo Oliveira (1991, p.6) “toda sociedade é um momento no processo histórico e só pode ser apreendida como parte daquele processo. Escravismo, feudalismo e capitalismo são formas em que se tecem as relações concretas no processo histórico”. Como podemos notar o trabalho é determinado historicamente por cada sociedade, sendo assim, não é algo fixo. Devido a este fato vejamos, qual foi à transformação que o conceito de trabalho sofreu na transição do feudalismo para o capitalismo.

Conforme também afirma Oliveira (1991, p.64), a “transição do feudalismo para o capitalismo corresponde cronologicamente ao período compreendido entre os séculos XIV – XV e XVIII – XIX”. Foi nesse período que a crise do feudalismo se deu, na medida em que o capitalismo se consolidava de forma gradual. Para Oliveira (1991, p.68), a transição do feudalismo para o capitalismo possui as seguintes características:

(...) o incremento das trocas externas, da circulação monetária; o avanço da propriedade absoluta e individual, o aumento das populações trabalhadoras e da importância da cidade, a constituição de fortunas mobiliárias e a concorrência da política tarifária do Estado com a apropriação senhorial-feudal.

No âmbito das relações de trabalho, o avanço não é tão acentuado, uma vez que só tardiamente o corporativismo medieval será eliminado na Europa; mais precisamente, somente no século XVIII. Em que pese a liberação do trabalhador dos meios de produção, especificamente no campo, mantêm-se ainda os laços de cooperação nos diferentes setores de produção.

Essas mudanças foram fundamentais para o estabelecimento de uma nova ordem social, tais mudanças só fazem sentido se o regime feudal estiver claro para todos. Como sabemos o feudalismo se baseava nas relações de senhor e servo, essas relações se concretizavam principalmente no campo, ou melhor, no feudo. O feudo era o local onde servo trabalhava para seu senhor para garantir sua própria sobrevivência.

Para Oliveira (1991, p. 77), a lentidão da ruptura das relações feudais gerou a gradativa separação entre trabalhador e os meios de produção, no campo e nas primeiras fábricas. *“O camponês foi aos poucos expropriado e, como artífice, transformado em trabalhador livre, obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver”*. Tendo agora apenas sua força de trabalho, os antigos servos do sistema feudal se transformaram em operários no sistema capitalista.

De acordo com Goulart e Guimarães (2002, p. 17), com o “estabelecimento definitivo do Capitalismo, ocorrido no fim do século XVIII e início do século XIX, transformou os homens em trabalhadores, considerando-os livre para vender sua força de trabalho”. Diante disto podemos compreender que, a partir da consolidação do capitalismo o trabalho passou a ser a atividade social mais valorizada.

O trabalho nem sempre foi exaltado no decorrer da história, só ganha esse status com o surgimento do Capitalismo, pois como já dissemos, na Idade Média o trabalho realizado pelos servos só visava à sobrevivência e não a produtividade. No feudalismo a riqueza se fundamenta na terra, já no capitalismo a acumulação de riqueza passa a se dar pelo dinheiro. Sobre esse problema Oliveira (1991, p.81), busca interpretar conceito de trabalho da seguinte maneira.

No capitalismo, trabalho é mercadoria que produz valor. O princípio dessa condição é que o trabalhador seja livre para vender sua força de trabalho a quem quiser. Livre aqui significa destituído de todo meio de produção, condição indispensável para que o trabalhador, a fim de sobreviver, venda sua força de trabalho ao capitalista que possui esses meios. O que regula essa venda é o contrato de trabalho.

Mediante o contrato de trabalho, o trabalhador dispense energia para produzir, em troca de uma remuneração do trabalho, com a qual reproduz sua energia: é o salário. O salário deve corresponder às necessidades do trabalhador e de sua família, sejam necessidades materiais, sejam culturais.

Analisando as palavras de Oliveira, podemos deduzir que a transformação que o trabalho sofreu na transição do feudalismo para o capitalismo foi radical, antes a atividade do trabalho era realizado em função da comunidade, agora diz respeito exclusivamente a ordem privada, do indivíduo e da sua família.

1.1 Trabalho ou emprego?

Sabemos que o conceito de trabalho é determinado pelo seu contexto histórico, não por um simples acordo social, mas sim pelas características produtivas que cada época possui. Contudo, cabe questionar qual a diferença de trabalho e emprego, tendo em vista a importância que a atividade do trabalho ganhou em nossa sociedade.

Como sabemos, o trabalho é toda atividade realizada pelo homem que tem como finalidade transformar a natureza mediante a inteligência. Segundo Carmo (apud Winckert, 1999, p. 71), *existe uma “mediação entre homem e a natureza: domando-a ele ao seu desejo, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com os outros homens, na realização da atividade, estabelece a base das relações sociais”*. Assim o conceito de trabalho é muito mais amplo como podemos perceber no relato da autora, logo, todas nossas relações são mediadas por ele, ou seja, desde as mais simples atividades braçais até as complexas estratégias administrativas utilizadas por redes de empresas multinacionais. Diante deste problema Winckert (1999, p.71), compreende emprego como, “ato de alugar a capacidade de trabalho para outro, em troca de certa quantia em dinheiro”.

Tal distinção se faz necessária para entrarmos em acordo com a definição de Roberto Castel (apud Winckert, 1999, p.71) que compreende trabalho “como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”, ou seja, quando o indivíduo é impedido de trabalhar, ato que na sociedade atual se apresenta através do emprego, se encontra impedido de pertencer ao grupo social, fato que causa um forte sofrimento psíquico.

Sendo assim, podemos afirmar que a grande diferença entre trabalho e emprego não se dá no plano concreto e sim no ideológico. Podemos verificar tais diferenças nas afirmações de Wickert (1999, p. 67).

Nota-se que o advento do Capitalismo gerou, ao longo dos séculos, no campo ideológico, uma valorização moral da condição de trabalhador. Assim, apesar da centralidade ou descentralidade da categoria trabalho estar presente no debate atual, a atribuição moral da categoria de trabalhador assalariado permanece inalterada, ocasionando uma conseqüente desvalorização dos indivíduos que não se encontram nesta posição.

Como podemos notar, o emprego tornou-se central nas sociedades capitalistas, pois foi através dele que a moral burguesa foi estabelecida, ou seja, o trabalho só existe na sociedade contemporânea enquanto emprego. Essa exaltação do trabalho se dá apenas nas sociedades capitalistas, como já demonstramos anteriormente, em outras épocas o ato de trabalhar não era central na vida dos homens. Ainda de acordo com a autora (1999, p. 67), na Grécia trabalhar era motivo de desonra, pois o trabalho era algo designado aos escravos e não a cidadãos. Na Idade Média o trabalho também não era motivo de orgulho, isso devido à estrutura social composta, pois a produção era voltada para a sobrevivência e não para o acúmulo de riquezas. *“Enquanto no feudalismo a riqueza estava calcada na terra, com o desenvolvimento do comércio, existe uma transposição para o dinheiro. A acumulação de riqueza passava a se dar pela moeda”, afirma Wickert (1999, p. 67).*

Essa transição de um sistema para o outro como sabemos é repleta de detalhes, entre os mais significativos está a influência direta da Reforma Protestante para o capitalismo. Isso devido à grande difusão pela Igreja Católica da idéia de que lucrar era pecado. Para uma melhor compreensão vejamos os esclarecimentos de Wickert (1999, p. 67- 68).

A produtividade dos ex-camponeses era imperiosa para a acumulação de capital. Para tanto, fez-se necessário uma mutação ideológica, visto que o trabalho do povo que era considerado com uma porta de acesso aos Céus pela Igreja Católica, não poderia ser concomitante com a prática do lucro e da usura, condenada por esta. Diante desta realidade, a burguesia incipiente, através da ética protestante que reavalia a posição cristã legitimando o princípio da obtenção do lucro, passa a inculcar sua ideologia pela via religiosa. Pelo protestantismo, o trabalho passa a ser a finalidade de vida, um caminho a Deus. A Reforma Protestante constituiu, na sua essência, a primeira batalha da burguesia.

Conforme a citação acima, notamos que no capitalismo o emprego passou a ser fundamental para a vida dos indivíduos, pois sem ele o caminho até Deus se tornava impossível. Isso porque o lucro que antes era proibido pela Igreja Católica, passou a ser permitido pelo protestantismo, que pregava a predestinação. Pelo viés religioso a burguesia conseguiu impor sua moral, ou seja, se o indivíduo trabalha e alcança riquezas mediante o lucro, seu futuro espiritual estará garantido. Devido a essa posição os problemas para os indivíduos que não estão empregados serão diversos como, baixo auto-estima, exclusão social, desmoralização entre outros.

1.2 Relações de trabalho

Quando falamos na existência de relações de trabalho, nos deparamos com muitos detalhes no interior desse processo. Esses detalhes rodeiam a relação empregado/empregador, ou seja, são muitas as interferências que encontramos, como por exemplo, os meios de produção, as estratégias administrativas, ou mesmo, a economia externa e interna. Como não há possibilidade de abordar todos os detalhes, pretendemos investigar apenas as alterações causadas pelas revoluções produtivas (fordismo/taylorismo, toyotismo), nas relações de trabalho.

Segundo Leite (apud Wickert 1999, p. 70) os “princípios tayloristas e fordistas implantados neste século modificaram profundamente a organização do trabalho sendo que tais mudanças aliadas às transformações repercutiram em alterações no mecanismo de produção”. Como podemos notar tais modificações reestruturaram o processo produtivo em muitas instâncias, entre as principais estão: a própria organização do trabalho e a necessidade de um novo modelo de trabalhador.

Para entendermos as principais características do sistema de produção fordista/taylorista, verifiquemos as palavras de Barbara (1999, p. 31).

O sistema de produção fordista foi criado para atender as necessidades de um mercado consumidor em demanda crescente; a produção era em série e pouco variada, como forma de reduzir custos, tal sistema só pôde realizar-se em grande escala através da esteira rolante criada por Henry Ford que, com seu invento, elevou ao máximo o aproveitamento da técnica de decomposição do processo de produção, criada pelo engenheiro americano Taylor, na qual cada trabalhador fazia apenas uma pequena parte do todo.

Como podemos notar essa forma de produção alterou radicalmente as relações de trabalho, o indivíduo que antes participava de todo processo de produção de um bem material (como o artesão), passou a executar apenas uma parte do todo. Para Maximiano (1990, p.178), é nesse sistema que encontramos o “trabalhador especializado, mas sem grandes qualificações, não tinha perspectivas de ascensão profissional, que era privilégio dos engenheiros”. Essa especialização não atinge apenas a linha de produção, mas alcança toda sociedade.

Barbara (1999, p.31), ao citar Kurz, afirma que os modelos industriais de produção massificada, “não apenas se tornaram o centro de uma acumulação de capital sem par, mas também o de um modelo social (...), esse modelo também teve seu reflexo no modo de viver das pessoas, marcados pela uniformidade”. Sendo assim, podemos afirmar que as relações de trabalho que caracterizavam o sistema fordista se ampliaram para um modelo social massificado. Contudo, esse modelo de produção não permaneceu até nossos dias, ele “predominou até o início dos anos 80, quando começou a declinar, sendo substituído por outra forma de produção, o então chamado modelo japonês ou toyotismo”, afirma Barbara (1999, p.31).

Essa transição de um modelo de produção para outro, provocou alterações significativas nas relações de trabalho, na verdade modificou completamente todo o

mundo do trabalho. Para Wickert (1999, p.69), foi por causa do avanço da tecnologia na linha de produção, que “*milhares de vagas se fecharam e milhares se viram sem emprego. Se a locação social se dá pelo trabalho, como fica a subjetivação daquele que encontra-se com uma realidade que impede a inserção social?*”.

Como podemos notar, o modelo de produção interfere diretamente nas relações de trabalho e em nossa sociedade, o desemprego se apresenta de forma estrutural, e não há como lutar contra essa realidade. Mas antes de entendermos como o desemprego estrutural afeta diretamente a mente e o comportamento do trabalhador, é necessário entender esse novo modelo de produção, o toyotismo. Barbara (1999, p.31), para explicar o advento do toyotismo, cita o autor Coriat que divide esse modelo em quatro fases:

1º. Implantação no setor automobilístico das inovações técnico-organizacionais herdadas da experiência têxtil. ‘consistindo em confiar ao mesmo operário a condução e a gestão simultâneas de várias máquinas’ (Coriat, 1994, p.37). Isso acarretou uma modificação na espacialidade das fábricas e no modo de exploração da força de trabalho, pois um mesmo trabalhador passou a ser responsável por várias máquinas ao mesmo tempo, surgindo assim a chamada polivalência do trabalhador.

2º. Nos anos de 1949 e 1950, a Toyota passava por uma crise. ‘A empresa se acha acuada, de fato, tendo que encontrar meios de aumentar vigorosamente sua oferta de produtos sem poder recorrer a admissão de novos empregados’ (Coriat, 1994, p.38). A empresa havia acabado de demitir mais de 1.600 empregados depois de uma greve que durou dois meses. ‘A única via aberta era a da racionalização do trabalho apoiada no maior rendimento possível do trabalho vivo, centrado não na repetição de tarefas mas na sua ampliação em fórmulas como aquelas já experimentadas no setor têxtil.’ (Coriat, 1994, p.55).

3º. A importação da técnica de gestão de estoques dos supermercados norte-americanos para a indústria automobilística sistema que ficou conhecido nesta adaptação como Kan-Ban – caracterizando-se por: trabalhar com estoque mínimo e produzir o menor tempo possível - just in time -. O kan-ban é um dos pilares de todo este sistema ‘O ideal seria produzir exatamente aquilo que é necessário e fazê-lo no tempo exatamente necessário’ (Coriat, 1994, p.38).

4º. Extensão do método Kan-Ban aos subcontratantes: ‘De 1962 ao após 1973, o esforço é dirigido aos subcontratantes e aos fornecedores ao mesmo tempo em que, no interior da empresa, o sistema conhece vários desenvolvimentos e aperfeiçoamentos’. (Coriat, 1994, p.39)

Se analisarmos cuidadosamente as diferenças entre fordismo e toyotismo, perceberemos que a principal distinção está na relação do modelo de produção com o mercado, ou seja, enquanto o primeiro modelo (fordismo) direciona sua produção para o consumo em massa, o toyotismo trabalha com produtos sob encomenda. Logo as relações no trabalho são completamente alteradas, pois se no fordismo temos um funcionário especialista sem nenhuma preocupação com o todo da produção, no toyotismo o funcionário tem que ser polivalente. Há um aumento na cobrança, pressão psicológica que permeia o ambiente de trabalho, isso devido à possibilidade de se tornar um futuro desempregado. Para manter seu emprego, o indivíduo se sujeita a diversas tarefas para se enquadrar em uma nova moral administrativa.

Para os autores Sergio de Oliveira Birchal e Reynaldo Maia Muniz (2002, p.44), neste novo contexto social uma nova forma de padrões e empregados se relacionarem surgiu, tendo como síntese dessas relações o conceito de empregabilidade. Ainda segundo os autores, novo formato que conduz o mercado agora é a constante capacitação profissional, a antiga regra que é abandonada, ou seja, o paternalismo que orientava as relações de trabalho não sobrevive neste novo contexto socioeconômico. Se a capacitação deve ser constante a pressão psicológica também será, tanto para empregado quanto para o empregador. De acordo Birchal e Muniz (2002 p. 45-46):

Do lado das organizações, isto quer dizer que elas precisam dar a seus empregados chances de auto-aperfeiçoamento, ajudando-os a aprimorar as capacitações existentes ou desenvolver novas habilidades- aumentando, conseqüentemente, a 'empregabilidade' deles-, mesmo sob o risco de se perder esses mesmos empregados para outras companhias, como única forma de atrair e manter o capital intelectual de melhor qualidade, triunfo último de sucesso empresarial neste fim de século (...).

Do lado das pessoas, a nova forma de relacionamento entre patrões e empregados significa que os últimos, daqui por diante, tem de cuidar de suas próprias carreiras, buscando adquirir novas técnicas para manter-se

atualizados quanto às novas tecnologias, ou seja, as pessoas passam a ser empresários de si próprias. Esta estratégia reconhece que a capacitação profissional, assim como os negócios, é efêmera, e que os empregados têm de ser eles próprios continuamente reinventados. A consequência desta nova ética do trabalho para as pessoas é que, para se ter sucesso na busca pelo tão almejado emprego, elas têm de estar melhores capacitadas para assumir maiores riscos, para ser mais criativas e inovadoras, para antever o futuro, para ousar e tomar decisões, para, de uma certa forma, liderar; em outras palavras, para se transformar em verdadeiros empreendedores.

Para sobreviver ao novo modelo produtivo o trabalhador deve se capacitar constantemente, no toyotismo o acúmulo de funções vem disfarçado como polivalência. Não há como não se especializar em só uma função, é necessário estar disposto a desenvolver o que o gerente determinar, frente a este quadro o empregado fica sobrecarregado gerando problemas físicos e psicológicos. Nesse novo contexto, os números de vagas também são reduzidos, pois se um funcionário pode controlar diversas máquinas que fazem o trabalho de muitos homens, o aumento do desemprego é previsto.

Para Barbara (1999, p. 33), uma possível explicação para o aumento do desemprego se dá, pela “reestruturação tecnológica e a adoção de novas formas de organização do trabalho que as empresas vêm praticando com o objetivo de reduzir custos e de aumentar a competitividade dentro de uma economia aberta e globalizada”.

Com essa reestruturação no mundo do trabalho a cobrança psicológica para o indivíduo se dá internamente e externamente, ou seja, existe cobrança do próprio indivíduo para manter seu emprego e do desempregado para conseguir um, e uma cobrança da sociedade para que o sujeito se capacite constantemente para que não venha perder ou que possa alcançar o tão sonhado trabalho. Contudo, tais procedimentos não são completamente verdadeiros, pois por mais que o indivíduo

se esforce para manter ou encontrar um emprego, sabe-se que estruturalmente isso será impossível.

Ainda segundo Barbara (1999, p.33), o “discurso oficial prega que a alocação ou a recolocação dos trabalhadores só será viável com uma correspondente qualificação ou requalificação pelo aperfeiçoamento é atribuída ao próprio trabalhador”. Essa requalificação se apresenta como salvação imediata ao desemprego, mas essa salvação talvez nunca ocorra. A frustração provocada pela inutilidade do processo de requalificação pode acarretar o sentimento de culpa, baixo auto-estima, depressão.

Em consonância com Barbara podemos afirmar que, quando o trabalhador assume a culpa pelo desemprego e pela falta de capacitação, ele pode estar excluindo a responsabilidade social do sistema, ou em outras palavras, ele anula todos os desequilíbrios existentes no sistema capitalista devido a sua forma de organização de produção e da distribuição de riquezas. As afirmações de Barbara podem ser complementadas pelas palavras de Wickert. (1999, 70)

Veicula-se a necessidade de um novo tipo de trabalhador. Os meios de comunicação ensinam formas de se atualizar para conseguir uma vaga. – Saiba um ou dois idiomas, aprenda a arte da computação, atualize-se! – Enfim, seja capaz, moderno (pós-moderno quem sabe?), avante o seu tempo. Como se o trabalhador conseguisse transforma-se na velocidade da luz. O pior é que nada garante que o indivíduo conseguirá um emprego se seguir as regras impostas pelas exigências de mercado. Pouco se veicula aos trabalhadores sobre a inexistência de vagas de trabalho, sobre o desemprego estrutural.

Diante disso, podemos alegar que o discurso elaborado pelos meios de comunicação, no qual, difundem as idéias de qualificação e requalificação, não passam de uma grande farsa frente ao terror que é o desemprego estrutural. Logo, se quisermos compreender qual o papel do desemprego para o sofrimento psíquico

dos seres humanos, é necessário termos conhecimento do impacto que os meios e modelos de produção provocam no mundo do trabalho. Como afirma Wickert (1999, p.71), “Forrester (1997) alerta para o fato dos desempregados, vítimas do desaparecimento de empregos, serem tratados e julgados pelos mesmos critérios utilizados na época em que os empregos eram abundantes”. Esse julgamento geralmente exercido de forma perversa ao indivíduo é o que investigaremos no próximo capítulo, começando pela a auto-estima do indivíduo frente à pressão social e como a sociedade enxerga o indivíduo que está empregado daquele que está desempregado.

Capítulo 2 – Impactos Psicossociais.

Como já afirmamos anteriormente o trabalho é fundamental para a formação da subjetividade de qualquer indivíduo, logo, investigar as conseqüências desse fato será nosso objetivo neste capítulo. Compreender quais são as imagens que a sociedade possui do indivíduo que está inserido no mercado de trabalho, daquele que está desempregado, é fundamental. Para Wickert (1999, p.72):

As modificações dos processos produtivos acarretam alterações nos mecanismos de produção de mais-valia e desemprego estrutural. Entendendo que estas repercutem nos processos de subjetivação dos trabalhadores, visto que o trabalho é uma via de subjetivação e inserção social, nos fica a dúvida de quais são os impactos sociais e psicológicos decorrentes deste nos quadro societário.

Na exposição da autora, fica evidente que a passagem do sistema de produção fordista para o toyotista foi completamente radical, a diminuição das vagas nas empresas, a precarização do trabalho, o aumento da informalidade e sobrecarga de tarefas, foram apenas características apontadas rapidamente. Contudo, a preocupação com a saúde mental dos indivíduos ficou um pouco esquecida, tendo em vista, os terríveis impactos sociais e psicológicos que esse novo modelo provocou.

Ainda segundo Wickert (1999, p.73), são muitas as discussões teóricas e práticas que apontam existir significativos sofrimentos psíquicos decorrentes do desemprego, “sendo tal sofrimento conseqüência de atrelagem moral das concepções de trabalho, honestidade e valorização social, que se encerram no ato

de trabalhar as vias de inserção/inscrição social". Todas as concepções morais que causam o sofrimento psicológico para o indivíduo desempregado, tem sua raiz na idéia do trabalho ser a predestinação dos homens. Como vimos anteriormente, na passagem do feudalismo para o capitalismo, foi mediante uma tese teológica que os ideais burgueses se consolidaram, sendo assim, até hoje a idéia de que o homem que não trabalha é um ser humano descartável.

Toda a culpa pelo desemprego é dirigida ao desempregado, a estrutura capitalista, principal responsável é isentada. Segundo Lima e Borges (2002, p.339), *o desemprego não pode ser considerado uma evidência recente, "pois há uma tendência intrínseca ao desenvolvimento capitalista de ampliação dos meios de produção com menor uso da mão-de-obra, além de não existir pleno emprego em nenhuma forma de Capitalismo"*. Como podemos notar, o desemprego é algo natural ao sistema capitalista, enquanto existir capitalismo haverá desempregado.

2.1 A doença do desemprego

Até agora falamos sobre a diferença entre trabalho e emprego, suas características principais no decorrer da história. Demonstramos os impactos dos meios de produção no mundo do trabalho e qual a relação de tais impactos com o aumento do desemprego. Contudo não tocamos diretamente em nosso problema principal, ou seja, quais os problemas que a falta de emprego provocava na saúde psicológica dos indivíduos.

De acordo com Lima e Borges (2002, p.337), podemos afirmar que, a causa de graves problemas psíquicos e sociais se dá pelo prolongamento do desemprego

e da precarização do trabalho. “Não é difícil imaginar que essa situação promove não apenas a ruptura do vínculo do sujeito com seu trabalho, mas também com as principais referências que estruturam seu cotidiano, ou seja, com tudo aquilo que permitia sentir-se parte integrante do meio”. Quando os autores afirmam que, esse quadro promove uma ruptura entre sujeito e trabalho, retornamos a discussão que desenvolvemos anteriormente sobre a centralidade do trabalho. Como sabemos, o emprego é a forma oficial de materializarmos nossas funções de trabalhador na sociedade capitalista, logo, quando ficamos desempregados nos sentimos excluídos da totalidade social. A sensação é que não somos mais produtivos para o grupo social em que vivemos, uma inutilidade e irresponsabilidade social e econômica.

Esse sentimento que o indivíduo desempregado desenvolve durante todo o processo, foi verificado em algumas pesquisas. São poucas as pesquisas que se preocupam com a saúde mental do trabalhador, geralmente o foco das críticas sociológicas, filosófica ou até mesmo administrativas, tem seu foco principal no corpo dos sujeitos, frente a esse quadro os autores (2002, p.341), afirmam.

Existem poucos estudos sobre os impactos do desemprego na saúde mental. Apesar disso, a ideia da existência de uma psicopatologia do desemprego está sedimentada, uma vez que, diversos autores admitem que, sobretudo o desemprego prolongado, pode criar uma situação propícia à emergência de distúrbios mentais característicos. A gravidade do problema fica evidente quando admite-se, por exemplo, que a simples possibilidade de perda do emprego já pode desencadear um processo patogênico, sugerindo que a compreensão dos impactos psicossociais do desemprego dever ter início no momento em que o indivíduo percebe o risco de ser demitido, como ocorre nos casos de empresas que estão reduzindo seu pessoal.

Baseado nas afirmações dos autores fica evidente a existência de patologias, ou melhor, transtornos mentais provocados pelo desemprego. De acordo com os autores, tais transtornos têm início no próprio posto de emprego, na medida em que o medo de ser demitido se transforma em possibilidade. Possibilidade que aumenta

quando o mundo anuncia uma crise global, seguida de recessão, sendo assim, é evidente que a preocupação com o desemprego se torna real.

Para Castelhana (2005, p.15) “há algo maior nessa relação sujeito - organização, e no desenvolvimento das formas de controle e dominação que complementam essa interação: o medo. Este sempre se instala no psiquismo do sujeito como um sinal ao perigo, imposto pela lei e pela autoridade”. Esse medo prévio, que surge mesmo antes de algo acontecer, oprime o indivíduo deixando impotente para muitos papéis sociais que poderia desenvolver. Seus direitos ficam a margem dos interesses econômicos da empresa. Castelhana para provar suas palavras utiliza a pesquisa de Seligmann-Silva, que afirma que o medo sempre esteve presente no ambiente de trabalho, ou seja, a empresa sempre foi um ambiente causador de *stress*.

1. Sobre os riscos: a omissão de informações sobre os riscos laborais à saúde reflete uma forma de exercício de controle; 2. Sobre as sanções: a desinformação sobre sanções causa medo, como, por exemplo, ser despedido. sem direito..Ter o nome incluído nas próximas listas funcionaria como uma poderosa pressão; 3. Sobre os direitos e deveres face à legislação: não existe, de forma sistemática, a divulgação dos direitos e deveres dos trabalhadores; 4. Sobre os critérios para pagamento por produção: o desconhecimento das regras e critérios, que poderia provocar um conflito, faz o sujeito não protestar contra a possibilidade de estar sendo enganado, exatamente pelo medo de perder o emprego. Há a exploração do fatalismo. (Seligmann-Silva, 2005, p.15)

Como podemos notar, o medo gera um tormento psíquico em cadeia, medo esse que nasce dentro do próprio emprego, quando o trabalhador se depara com notícias de desemprego em massa, nesse instante consegue verificar o desemprego estrutural e o caos social. Esses fatos aumentam a tensão e conseqüentemente o medo no ambiente de trabalho, deixando o trabalhador muito mais vulnerável e em situação fragilizada.

Ainda segundo Castelhana (2005, p.15), “desempregado, excluído do mercado de trabalho, tem medo de não encontrar um novo emprego, e o empregado, que está na organização, sofre com o medo e com as pressões que podem virar ameaças, e até mesmo desembocar em novas demissões”. Essa observação que a autora faz é importante para situar nossa pesquisa, pois, qual seria a função de nossa pesquisa se não ajudasse o processo administrativo a se tornar mais eficiente. Sendo assim, verificar os níveis de psicopatologias dos funcionários pode vir a se tornar um grande diferencial mercadológico. Nossa pesquisa não defende apenas interesses dos funcionários, mas também das empresas. Sendo assim, para que haja maior produtividade por parte dos funcionários é necessário que esse nível de stress provocado pelo medo do desemprego seja amenizado, tendo em vista a impossibilidade de eliminação. Ainda segundo a autora (2005, p.15):

(...)medo e a angústia do trabalhador empregado é uma das piores conseqüências do desemprego. O medo e a angústia agravam o sofrimento mental. À medida que diminui a segurança no emprego, o medo abre uma porta para o sofrimento. Quem sofre é o sujeito, e sofre dentro e fora da organização.

O sofrimento não termina quando o trabalhador sai do seu trabalho, ele leva esse medo para casa, ou seja, mesmo empregado o sofrimento atinge o indivíduo contemporâneo.

Segundo Lima e Borges (2002, p. 341), mesmo tendo início no posto de emprego, “o quadro psicopatológico se instala apenas quando a demissão se efetiva. Portanto, a situação na qual é lançado o indivíduo ao ser demitido, envolve aspectos muito mais graves do que a perda de uma fonte de renda”. Sendo assim, a pressão causada pela possibilidade do desemprego é apenas a ponta de um

iceberg, quando o desemprego se torna real, aí sim os transtornos mentais aparecem e novos processos de adaptação acontecem.

Para Castel (apud Lima e Borges, 2002, p. 341), quando o indivíduo fica desempregado, “ele passa a viver em um universo de incertezas quanto ao seu futuro profissional, torna-se alvo de discriminação, podendo ser mesmo excluído do convívio social”. Esse mundo de incertezas acontece pela centralidade do trabalho na vida do ser humano. Centralidade que produz uma culpa que é retirada da estrutura socioeconômica e depositada exclusivamente sobre o sujeito.

Sobre esse processo Castelano (2005, p.15) afirma:

Há décadas, o campo da Saúde Mental e Trabalho (SM&T) desenvolve estudos contribuindo para a melhor compreensão da saúde do trabalhador. Apesar de toda polêmica e discordâncias, oriundas da impossibilidade do nexos causal doença / trabalho, constata-se a existência do sofrimento, mas não se identificam suas origens. Mas, Barreto (2000) aponta que a impossibilidade de reconhecer o nexos causal da doença com o trabalho, faz com que o adoecido tenha que comprovar a sua doença e correlacioná-la ao seu trabalho. Sofrendo a partir daí, pressões e ameaças, sendo ridicularizado e humilhado, o sujeito chega, muitas vezes, a concordar com a demissão e ainda sentir-se culpado. Todos esses problemas, provavelmente ocorrem por que o trabalho extrapola a atividade em si. Na relação com o sujeito, o trabalho invade e permeia todas as suas atividades e é determinado pela estrutura política, social e cultural, entrando na composição de sua identidade. Por isso, uma situação de crise econômica e agravamento da insegurança, altera as relações no trabalho. Há uma relação entre o social e o trabalho, e o sujeito na organização será afetado por isso, aumentando seu medo e sofrimento.

Fica claro na exposição da autora que, o indivíduo tem como fundamento de todos os seus afazeres o emprego, isso porque a maior parte de sua vida ele passa trabalhando. Nossas vidas estão estritamente ligadas ao nosso trabalho, é lá que desenvolvemos nossa personalidade, nossa sociabilidade, nossa ética e moral. É baseado nesses fatos que Lima e Borges (2002, p. 341) afirmam que, a “destruição dos laços sociais e afetivos é bastante comum e se agrava à medida que avança o

tempo de desemprego, podendo provocar, além da privação material, a restrição de direitos, de segurança socioeconômica e a redução da auto-estima”.

Diante deste quadro social causado pelo desemprego, o sofrimento psíquico se desenvolve rapidamente, gerando outros fatores como, isolamento social, sentimento de solidão, baixa auto-estima, entre outros. Para Menezes (2009, p.5):

(...)no desemprego, situação limite de vida, surge os sentimentos de desproteção, desconfiança e frustração. A comparação com as pessoas de sucesso produzidas pela mídia estabelece um parâmetro de distanciamento do social e o indivíduo considera-se um pária, um fracassado.

A sensação de fracasso é um dos elementos que mais contribui para o surgimento de transtornos, pois constantemente o indivíduo é bombardeado com informações publicitárias que o convencem que o mundo que o cerca, é o mundo dos vitoriosos. Logo, “sentimentos de inferioridade e despersonalização e, finalmente, a paralisia social provocada pelo sentimento de exclusão que dificulta qualquer ação do sujeito em busca de mudanças significativas”, *afirma a autora Menezes* (2009, p. 6).

Para Araújo e Argolo (2009, p.166), as principais conseqüências psicossociais do desemprego são:

As afetações ao bem-estar psicológico do homem, intimamente relacionadas às ocorrências de deterioração do bem-estar físico, bem como de desagregação social. As principais afecções ao bem-estar psicológico, segundo Alvaro (1992), seriam: transtornos mentais leves (saúde mental geral), depressão, rebaixamento da auto-estima, sentimento de insatisfação com a vida, dificuldades cognitivas e dificuldades de relacionamento familiar. Tais aspectos constituem, segundo o autor, os principais focos dos estudos que tratam da associação entre desemprego e saúde mental. O autor compila informações de pesquisas empíricas que reforçam a existência de relações entre a situação de desemprego e a deterioração do bem-estar psicológico dos trabalhadores desempregados.

Entre conseqüências que o desemprego vem causando aos indivíduos encontramos a depressão, baixa auto-estima e insatisfação com a vida. Essa última levou os autores Lima e Borges (2002, p.342), afirmarem que o aumento de suicídios entre as populações mais atingidas pelo desemprego acontece até mesmo em países desenvolvidos, mesmo considerando todo sistema de proteção ao trabalhador desempregado. O que aterroriza os trabalhadores desempregados é a sensação de inutilidade, ou seja, aquilo que o tornava parte de algo já não existe mais.

Contudo, encontramos nos escritos de Monteiro Menezes informações relevantes sobre desdobramentos dos principais sintomas do desemprego. Na grande maioria, afirma a autora (2009, p.13), “o álcool ou as drogas em geral passam a fazer parte dos mecanismos de fuga que suportam a existência vazia de quem já não tem mais esperança de realização profissional, situação que tem atingindo diferentes níveis hierárquicos, desde funcionários desqualificados até gerentes”.

Fica óbvio que a fuga para estas substâncias está diretamente relacionada à vergonha e ao medo, pois, a destruição do sonho de ter um trabalho, de ser parte do seu meio social e de garantir o sustento de sua família, promove uma fragilização desses homens e mulheres desempregados. Sobre essa fragilização Lima e Borges (2002, p.343) comentam:

Assim, o alcoolismo, a dependência de outros tipos de drogas, o suicídio, a desestruturação dos laços familiares, entre outros problemas graves, tem sido tratados como manifestações dramáticas do sofrimento psíquico provocado pelo desemprego. O desgaste físico e emocional resultante da luta pela sobrevivência, pela falta de perspectiva de mudança da condição atual, do sentimento de fracasso e até mesmo do questionamento da própria identidade, tem sido denominado por alguns autores psicopatologia do desemprego, sugerindo uma mudança do olhar para a questão... Eles apontam para vivências de impotência, ausência de perspectiva, sentimentos de desconfiança e de frustração, isolamento social,

sentimentos de inferioridade e de despersonalização, quebra de identidade ocupacional, sentimento de culpa e de autodesvalorização... No caso brasileiro, os trabalhos sobre as repercussões do desemprego de longa duração, realizados por Seligmann (1997), concluem que este pode ser causa e/ou agravante de patologias mentais/psicossomáticas, acentuadas pela má alimentação e outros fatores decorrentes do estado de pobreza a que vários desempregados com baixo nível socioeconômico estão submetidos. Para autora, os distúrbios psicossociais podem ser melhor entendidos mediante o estudo das rupturas dos laços de sociabilidade construídos no trabalho. Neste sentido, a sociabilidade estaria, sobretudo, ligada aos vínculos que se constroem no trabalho e sua ruptura, provocada pelo desemprego, levaria ao surgimento de distúrbios mentais.

Como podemos verificar as psicopatologias do desemprego se desenvolvem a partir do momento em que a sociabilidade do trabalho desaparece. A importância dessa sociabilidade está no fato, da relevância que o trabalho ocupa na formação e desenvolvimento do homem como ser social. Como já demonstramos anteriormente, o trabalho é central para o desenvolvimento dos seres humanos, logo, a falta dele produz problemas sociais que podem afetar desde a psique do ser humano a questões sociais.

Em relação às psicopatologias do desemprego verificamos que as mais comuns são, a baixa auto-estima, desestruturação de seus papéis sociais, desconstrução de sua identidade e elevação do índice de exclusão social, o suicídio, o aumento no consumo de drogas lícitas e ilícitas, entre outras.

Capítulo 3 - Procedimentos metodológicos e análise da pesquisa de campo

Para alcançarmos os objetivos centrais deste trabalho, optamos pela fusão de duas frentes metodológicas. A primeira diz respeito a uma metodologia com base na pesquisa bibliográfica, pois acreditamos ser fundamental e essencial no campo acadêmico, o debate de conceitos já aplicados por outros autores, além de servir de alicerce para outros tipos de pesquisa, pois como já dissemos não há uma quantidade relevante de materiais sobre nosso tema. A segunda metodologia diz respeito a uma abordagem quantitativa, uma vez que, nossa intenção foi investigar e descrever as conseqüências psíquicas causadas pelo desemprego, por mais subjetivo que possa ser nosso tema, os fatos podem ser verificados em sujeitos concretos.

Diante disso, utilizamos tais metodologias (pesquisa bibliográfica e quantitativa, exploratório-descritivo), para transformar opiniões e informações em números, possibilitando assim, a classificação e análise dos dados coletados.

De acordo com Oliveira (2002, p.115) o método quantitativo é empregado no desenvolvimento de pesquisas descritivas de âmbito social, econômico, de comunicação, mercadológicas, representando uma forma de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções.

Em consonância com Gil (2002), tendo em vista os objetivos a serem alcançados por essa pesquisa, utilizamos duas características da metodologia quantitativa, a saber, os predicados exploratórios e descritivos.

a) População estudada: para a realização deste trabalho foram entrevistados 50 indivíduos desempregados. Utilizamos alguns critérios norteadores como: idade, variando 20 e 60 anos (faixa etária considerada de atividade produtiva e com pouca

perspectiva de aposentadoria a curto ou médio prazo); distinção por sexo, a fim de observar se havia relação entre sexo e estratégias de sobrevivência e recolocação no mercado adotadas; escolaridade, entre outras.

b) Instrumento de coletas de dados: para coletarmos de forma segura os dados, utilizamos entrevistas mediante questionário. Inicialmente foi elaborado um primeiro roteiro, com perguntas que pudessem esclarecer sobre a trajetória pessoal de cada indivíduo (ou seja, buscamos conhecer a idade, estado civil, grau de escolaridade, renda mensal, religião, etc.), para então transitar entre os dados concretos do desemprego (quanto tempo está desempregado, no que trabalhava), até possíveis distúrbios psíquicos (com que frequência fica nervoso, depressivo, insônia, etc). Contudo tivemos que aprimorar nosso caminhar quando questionávamos o entrevistado sobre sua saúde mental, nossas perguntas foram elaboradas para que os entrevistados não se sentissem menosprezados, mas não podíamos correr o risco de a mentira por vergonha ou algo do gênero fosse uma possibilidade, diante disso, estruturamos perguntas confirmatórias. Essas perguntas nos deram possibilidade de identificar possíveis deslizes dos entrevistados.

c) Locais de acesso à população: a pesquisa foi realizada em uma instituição, cujas especificidades de atendimento correspondiam ao tipo de trabalhador procurado. Sendo assim, aplicamos nossa pesquisa no Posto de Atendimento ao trabalhador de Assis (PAT-Assis).

3.1 Análise dos Resultados

A investigação central deste estudo está na verificação do impacto da situação ocupacional no bem-estar psicológico dos trabalhadores. Buscamos em

nossa pesquisa investigar se os trabalhadores desempregados apresentavam deterioração do bem-estar psicológico. Confirmou-se a hipótese central da pesquisa, pois se obteve como veremos a comprovação da deterioração do bem-estar psicológico significativamente maior para desempregados. Nossa hipótese de que o trabalho transfigurado em emprego é fundamental para o bem-estar do trabalhador.

Contudo cabe agora, demonstrar como chegamos a esta comprovação, mediante análise dos dados coletados. Sendo assim, demonstraremos os resultados de nossa pesquisa através de tabelas.

3.2.1 Divisão por Gênero

GÊNERO	QUANTIDADE	%
Masculino	25	50%
Feminino	25	50%
Total	50	100%

Tabela 1- Distribuição da variável segundo gênero.

Nossa pesquisa quantitativa foi realizada com 50 indivíduos desempregados na cidade de Assis-SP. Aplicamos questionários no Posto de Atendimento ao Trabalhador de Assis, em 25 homens e 25 mulheres no mês de setembro de 2009. No primeiro momento, focamos conhecer nossos entrevistados, ou seja, elaboramos questões que nos fornecessem dados a respeito de sexo, idade, estado civil, grau

de escolaridade renda mensal. Diante disto, descobrimos a seguinte situação socioeconômica.

3.2.2 Divisão da faixa etária

IDADE	QUANTIDADE	%
20 a 30 anos	7	28%
30 a 40 anos	10	40%
40 a 50 anos	7	28%
50 a 60 anos	1	4%
Total	25	100%

Tabela 2 - Distribuição da variável segundo a faixa etária e o gênero masculino

IDADE	QUANTIDADE	%
20 a 30 anos	13	52%
30 a 40 anos	8	32%
40 a 50 anos	3	12%
50 a 60 anos	1	4%
Total	25	100%

Tabela 3 - Distribuição da variável segundo a faixa etária e o gênero feminino

Como podemos observar nas tabelas acima, o ápice do desemprego na faixa etária é diferente entre homens e mulheres. O maior índice de desemprego entre os homens localiza-se na faixa etária que vai dos 30 aos 40 anos. Já em relação às mulheres desempregadas, encontramos o índice mais elevado entre 20 e 30 anos. Podemos inferir a partir desses dados, que existe uma diferença na entrada e na permanência no mercado de trabalho. A princípio, podemos observar que os homens teriam maior facilidade para se inserir no mercado, contudo maior dificuldade para permanecer, já as mulheres seriam o contrário.

3.2.3 Estado civil dos entrevistados

GENERO	ESTADO CIVIL				TOTAL
	SOLTEIRA(O)	CASADA(O)	DIVORCIADA(O)	VIUVO	
MASCULINO	11	8	5	1	25
FEMININO	6	12	7	0	25

Tabela 4 - Distribuição da variável segundo estado civil

Diante dos dados acima, observamos que a maioria é de homens solteiros com idade de 30 a 40 anos, ou seja, cerca de 44% dos entrevistados masculinos, já as mulheres encontramos os seguintes dados. A maior parcela das mulheres, (especificamente 48%), estão casadas e tem aproximadamente entre 20 e 30 anos.

3.2.4 Grau de escolaridade de todos entrevistados

	Não Estudou	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino médio Incompleto	Ensino médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Pós-Graduação	Total
Qt.	0	5	8	4	21	8	3	1	50
%	0%	10%	16%	8%	42%	16%	6%	2%	100%

Tabela 6 - Distribuição da variável segundo grau de escolaridade

Como podemos notar na tabela acima, cerca de 42% dos entrevistados possuem ensino médio completo. Um índice muito alto comparado ao 6% dos indivíduos que concluíram o ensino superior. Dos 21 indivíduos que concluíram o ensino médio, 52,38% são do sexo feminino e 47,61% são do sexo masculino, um quadro muito equilibrado em relação a comparação por gênero.

3.2.5 Renda Mensal dos entrevistados

	Até R\$ 465,00	De R\$ 466,00 à R\$1.000,00	De R\$1.001,00 à R\$ 1.500,00	De R\$ 1.501,00 à R\$ 2.500,00	Acima de R\$ 2.501,00	Nenhuma renda	Total
Qt.	12	9	0	0	0	29	50
%	24%	18%	0%	0%	0%	58%	100%

Tabela 7 - Distribuição da variável segundo a renda mensal

De acordo com a tabela acima, mais da metade dos entrevistados não possuem renda nenhuma. Dado que se mostrou relevante quando o assunto era baixa auto-estima. Por não produzirem mais renda alguma para suas famílias o sentimento de inutilidade era constante em quase todos os entrevistados. Contudo,

cabe ressaltar a movimentação econômica de uma parcela significativa, ou seja, 42% (18% renda de R\$ 465,00 e 24% acima de R\$ 466,00), dos indivíduos entrevistados conseguem produzir alguma renda no mercado informalidade. Este dado é a princípio animador, contudo se analisarmos com um pouco de cuidado, encontramos o aumento da precarização do trabalho e a desvalorização do trabalhador.

3.2.6 Quadro das condições de saúde física, mental e emocional dos indivíduos.

	Físico		Mental		Emocional	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Ótimo	15	30%	15	30%	9	18%
Bom	19	38%	16	32%	14	28%
Razoável	11	22%	12	24%	15	30%
Ruim	3	6%	4	8%	5	10%
Péssimo	2	4%	3	6%	7	14%
Total	50	100%	50	100%	50	100%

Tabela 8 - Distribuição da variável segundo a saúde física, mental e emocional dos entrevistados.

3.2.7 Alterações psíquicas causadas pelo desemprego

Frequência	Nervosismo		Depressão		Rebaixamento da auto-estima	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Nunca	6	12%	25	50%	10	20%
Poucas Vezes	23	46%	22	44%	27	54%
Frequentemente	14	28%	0	0%	9	18%
Sempre	7	14%	3	6%	4	8%
TOTAL	50	100%	50	100%	50	100%

Tabela 9- Distribuição da variável segundo a saúde mental dos indivíduos.

Diante dos dados acima podemos deduzir alguns elementos fundamentais da nossa hipótese. Encontramos na maioria dos entrevistados uma resistência em assumir desconfortos psíquicos.

Quando perguntamos sobre a situação física, mental e emocional, a grande maioria afirmou que apesar de estarem desempregados estão bem, ou seja, 38% dos entrevistados afirmaram estar bem fisicamente. Em relação a saúde mental e emocional 32% afirmaram estar bem mentalmente, e 28% emocionalmente.

Da mesma forma, quando questionamos sobre possíveis sofrimentos psíquicos como o nervosismo, depressão e rebaixamento da auto-estima, obtivemos

a maior porcentagem na frequência “poucas vezes”. Ou seja, 46% dos entrevistados afirmaram estarem nervosos poucas vezes, apesar de estarem desempregados, 44% de se sentirem deprimidos e 54% dos entrevistados afirmaram ocorrer o rebaixamento da auto-estima.

A princípio, frente a estes dados, nossa hipótese é anulada, a saber, se analisarmos de forma irresponsável e superficial, aparentemente a afirmação que cabe é que, o desemprego não afeta diretamente o indivíduo. Contudo se compararmos com outros dados perceberemos que há muita contradição nessas primeiras afirmações...

3.2.8 Alterações psicofísicas causadas pelo desemprego

Frequência	Fadiga		Dores Musculares		Insatisfação com a vida		Estresse intenso		Ansiedade		Insegurança	
	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%
Nunca	19	38%	12	24%	18	36%	13	26%	5	10%	11	22%
Poucas Vezes	18	36%	27	54%	24	48%	24	48%	16	32%	22	44%
Frequentemente	9	18%	6	12%	5	10%	7	14%	16	32%	13	26%
Sempre	4	8%	5	10%	3	6%	6	12%	13	26%	4	8%
Total	50	100%	50	100%	50	100%	50	100%	50	100%	50	100%

Tabela 10- Distribuição da variável segundo alterações psicofísica dos indivíduos.

3.2.9 Relação emocional diante de pessoas inseridas no mercado de trabalho.

Estados Emocionais	Qt.	%
Normal/Bem	19	38%
Esperançoso	7	14%
Desatualizado	2	4%
Rebaixamento da Auto-Estima	6	12%
Inferiorizado	4	8%
Incapaz	7	14%
Menosprezado	5	10%
Total	50	100%

Tabela 11- Distribuição da variável segundo alterações emocional diante do outro

Para finalizarmos nossa demonstração é de extrema importância esclarecer alguns dados apresentados. Primeiro é necessário reafirmarmos que nossa hipótese se comprova nas tabelas acima. Há sim uma alteração psicofísica em muitos indivíduos desempregados.

Grande parcela dos entrevistados afirmou sentir desconforto físico poucas vezes, devido ao estresse, a ansiedade a insegurança. Entretanto para comprovação de nossa hipótese gostaria de citar algumas porcentagens significativas.

Diante do desemprego, 18% do entrevistado afirmaram sentir frequentemente fadiga, 12% relatou que sente dores musculares frequentemente mesmo não praticando nenhuma atividade física, dores que são geradas pelo estresse e pela pressão psicológica. Frente às decepções que o desemprego provoca 10% declarou sentir insatisfação com suas vidas; 14% sente estresse freqüente, provocando um quadro no qual 32% dos indivíduos afirmaram sofrer de uma intensa ansiedade. Outro dado relevante aparece na sensação de insegurança com o futuro, 26% dos entrevistados afirmaram não sentir segurança alguma em relação as mudanças futuras.

Contudo, podemos verificar na Tabela 11 um empate técnico no que diz respeito à visão desses indivíduos em relação ao outro, ou seja, a projeção psíquica perante o indivíduo empregado.

Apesar de encontrarmos 42% de sentimentos que vão desde a incapacidade ao rebaixamento da auto-estima, temos 52% de uma reação frente a situação desfavorável.

Logo, mesmo diante de um quadro totalmente desfavorável, tais indivíduos continuam acreditando em uma mudança socioeconômica.

Considerações Finais

Diante dos resultados obtidos em nossa pesquisa, podemos afirmar que a hipótese que foi proposta, ou seja, a investigação de uma possível alteração no comportamento psíquico dos seres humanos diante de um quadro de desemprego foi confirmada. A deterioração do bem-estar psicológico nos indivíduos desempregados é um fato comprovado.

Isso porque a centralidade do trabalho, hoje transfigurado no conceito de emprego é de extrema importância para a sociedade contemporânea. Além de demonstrarmos mediante uma exposição bibliográfica de cunho histórico, foi possível comprovar através da entrevista.

Contudo, algo que estava totalmente fora de nosso alcance bibliográfico e que foi evidenciado apenas na experiência quantitativa, diz respeito ao elemento “reação”. Tal elemento (reação), diz respeito a uma resistência frente a um quadro sócio-histórico desfavorável a essa amostra pesquisada.

Analisando os dados coletados fica evidente que a força motriz para que haja essa reação está na fusão de alguns fatores como, família, religião e a própria sobrevivência. Tais elementos são utilizados como reforço positivo para que tais indivíduos continuem a buscar o tão sonhado emprego.

Há também o trabalho do Posto de Atendimento ao Trabalhador de Assis, que mediante políticas públicas do Estado de São Paulo e do Governo Federal, reforça e auxilia esses indivíduos desempregados.

Diante disso, podemos concluir que o trabalho é elemento central para o indivíduo contemporâneo, é ele que norteia as relações sociais e centraliza as principais ações dos seres humanos. É o trabalho que oferece e proporciona a auto-estima, conduzindo o indivíduo a níveis de elevação emocional favoráveis ao seu desenvolvimento. Sendo assim, a sua ausência também provoca reações em cadeia, ou seja, o desemprego por provocar diversas disfunções psicofísicas que prejudicam diretamente o indivíduo, conseqüentemente a sociedade como um todo.

Referências Bibliográficas.

ARAUJO, M.A.D.; ARGOLO, J. C. T. O Impacto do desemprego Sobre O Bem-Estar Psicológico dos Trabalhadores da Cidade de Natal. RAC. Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro - RJ, v. 8, n. 4, p. 161-182, 2004. Acesso em 15/06/2009

BÁRBARA, M. M. (1999). Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. *Psicologia Ciência e Profissão*, 19 (1), 30-49.

CASTELHANO, L. M. O medo do desemprego e a (s) nova (s) organização (ões) do trabalho. *Psicologia e Sociedade*, v. 17, n. jan/abr, p. 17-28, 2005. Acesso em 05/04/2009

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, I. B., & GUIMARÃES, R. F. (2002). Cenários Contemporâneos do Mundo do Trabalho. Em: I. B. Goulart (Org.), *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. (pp. 17-36). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lima, M. E. A. & Borges, A. F. Impactos psicossociais do desemprego de longa duração. In I. B. Goulart (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MAXIMIANO, A. C. A. Administração Científica ou Introdução à administração. 3ª Ed. São Paulo. Atlas, 1990.

MONTEIRO MENEZES, A. A. O Desemprego e suas conseqüências biopsicosociais. Ciente-fico.com, v. I, p. 11-14, 2007. Acesso em 15/06/2009

MUNIZ, R. M.; BIRCHAL, S. O. A Lógica do Capitalismo e o Trabalho Humano. Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, v. , p. 37-54.

OLIVEIRA, S. L. de. Tratado de metodologia científica, Projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2ª ed, São Paulo: Pioneira, 2002

WICKERT, L. F. (1999). O adoecer psíquico do desempregado. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 19 (1), 66-75.

Anexos

ANEXO I – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS**
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA

Questionário

1. Sexo:**2. Idade:****3. Estado Civil:****4. Grau de escolaridade**

- Não estudou.
- Ensino fundamental incompleto (até a 4ª série do primeiro grau).
- Ensino fundamental completo (até a 8ª série do primeiro grau).
- Ensino médio incompleto (segundo grau).
- Ensino médio completo (segundo grau).
- Superior incompleto
- Superior completo
- Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

5. Qual sua renda mensal?

- Até R\$ 465,00
- De R\$ 466,00 à R\$ 1000,00
- De R\$ 1001,00 à R\$ 1500,00
- De R\$ 1501,00 à R\$ 2500,00
- Acima de R\$ 2501,00

6. Religião:

- Católica
- Espírita
- Protestante
- Outra Qual? _____

7. Quem mora com você?**8. Qual a sua participação no orçamento familiar?**

- Dependo, totalmente, da ajuda financeira da minha família.
- Dependo, parcialmente, da ajuda financeira da minha família
- Não dependo da ajuda financeira da minha família
- Contribuo, parcialmente, para o sustento da família
- Contribuo, totalmente

9. Qual é a renda total, mensal (aproximada) de sua família? Considere a renda de todos os integrantes da família, inclusive você .

- 1 salário mínimo
- entre 1 e 2 salários mínimos
- entre 2 e 3 salários mínimos
- entre 3 e 4 salários mínimos
- entre 4 e 5 salários mínimos
- entre 5 e 10 salários mínimos
- entre 10 e 15 salários mínimos
- acima de 15 salários mínimos

10. Qual das seguintes alternativas melhor descreve a sua atual situação ocupacional:

- Está trabalhando

Está desempregado

Está aposentado

Aposentado e trabalhando

Outra

11. Há quanto tempo você está desempregado?

(1) menos de 1 mês

(2) de 1 mês até 3 meses

(3) de 3 meses a 6 meses

(4) de 6 meses a 1 ano

(5) mais de 1 ano

12. Qual o cargo que você exerceu na sua última atividade profissional?

13. Esta última atividade profissional se enquadra em :

formal

informal

14. Considerando sua condição de saúde, qual das seguintes alternativas melhor descreve seu estado físico, mental e emocional a partir do desemprego :

Físico

Mental

Emocional

Ótimo

Ótimo

Ótimo

Bom

Bom

Bom

Razoável

Razoável

Razoável

Ruim

Ruim

Ruim

Péssimo

Péssimo

Péssimo

15. Com que frequência (durante o desemprego) você passou pelas seguintes situações:**A - Nervosismo**

- nunca
- poucas vezes
- freqüentemente
- sempre

B - Depressão

- nunca
- poucas vezes
- freqüentemente
- sempre

C - Rebaixamento da auto-estima

- nunca
- poucas vezes
- freqüentemente
- sempre

D - Insônia / Fadiga

- nunca
- poucas vezes
- freqüentemente
- sempre

E – Dores Musculares

- nunca
- poucas vezes
- freqüentemente

sempre

F - Insatisfação com a vida

nunca

poucas vezes

freqüentemente

sempre

G – Estresse intenso

nunca

poucas vezes

freqüentemente

sempre

H – Ansiedade

nunca

poucas vezes

freqüentemente

sempre

I – Insegurança

nunca

poucas vezes

freqüentemente

sempre

J – Dificuldades Cognitivas (problemas de memória, atenção e concentração, linguagem, planejamento ou cálculo)

nunca

poucas vezes

freqüentemente

sempre

16. Como se sente diante das pessoas que estão trabalhando?